

"Carácter nacional"
(Jornal "O Português",
Lisboa, n.º 14, 14 de novembro de 1826)

Almeida Garrett

Carácter nacional

Cada classe de governo produz na massa geral dos cidadãos certos hábitos, e maneiras de pensar, certas necessidades e afectos que compõem o que chamamos espirito público de uma nação. Este não depende do clima, porque a situação geográfica dos povos pode sim ter influência em suas necessidades e paixões físicas, porém não em as morais; seja dito com a boa paz do ilustre Montesquieu, por que razão o amor exaltado da pátria, aquela ânsia de glória, aquele desejo de ser livres, que outrora caracterizou os contemporâneos de *Milcíades* e de *Aristides*[,] tanto tempo esteve latente nos gregos hodiernos? Porque não tinham a mesma forma de governo que os levou a acções grandes. Os Italianos deixam acaso de conservar a violência de paixões, a exaltação de fantasia próprias do clima em que habitam? Deixam porventura de conservar certas qualidades republicanas, que lhes deu o domínio do mundo? Não por certo: mas desde que caíram na barbarez da aristocracia, apareceram as sangrentas guerras de partidos; e hoje que o absolutismo tem infundido naquele formoso país a tranquilidade do sepulcro, estão seus habitadores reduzidos à admiração estéril do génio, e às ruínas de seus antepassados. Eis aí quanto basta para provar, que o espirito público segue entre todos os povos os passos de sua constituição.

Estabeleça-se a democracia em um país, e ver-se-á quererem todos os cidadãos confundir o seu amor-próprio com o da pátria, desprezar os interesses domésticos para acudir às disputas do *Fórum*, sacrificar-se pela glória de sua cidade, fomentar os partidos políticos, que são úteis nas repúblicas e na época dos bons costumes, enquanto num século de corrupção, ou em um Estado mui extenso conduzem a guerra civil.

Estabeleça-se no mesmo país a aristocracia, e ver-se-á o povo tímido e silencioso observar o rosto de seus senhores, ler neles os augouros de boa ou má fortuna do Estado, e entregar-se a seus ne-

gócios particulares satisfeito com a enganosa aparência da tranquilidade de que goza, enquanto o corpo soberano, orgulhoso com a sua superioridade, raras vezes respeita no povo a origem primitiva de seus direitos, e só quando dela se lembra, toma insensivelmente as aparências da circunspecção, que o distingue da massa geral.

A monarquia constitucional apresenta um aspecto mais brilhante. A honra, as virtudes públicas, o respeitoso arrojo com que os representantes da nação se opõem às vontades menos justas do príncipe, a necessidade de recorrer a ele para os empregos, e as mercês, e a de os merecer para não chamar sobre si a pública indignação, produzem o amor aos talentos úteis[,] aos verdadeiros patriotas, e às virtudes domésticas, sem as quais não pode haver virtudes cívicas.

O cidadão, que por meio das eleições tem parte na legislação, ao mesmo passo que tributa aos magistrados aquele respeito que se lhes deve, sabe mostrar que ele é uma parte do grande todo, e que tem jus que se atenda à sua opinião. Assim, debaixo do império da ordem e das leis todos conservam a dignidade de homens livres, e se estabelece o grande princípio da honra, que não é mais do que a consciência do próprio mérito.